Insper Instituto de Ensino e Pesquisa
Faculdade de Economia e Administração

Marcella Antunes Silva

DIFICULDADES FINANCEIRAS E DECISÕES NA JUSTIÇA: O CASO ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DESPORTOS

São Paulo

2017

Marcella Antunes Silva

DIFICULDADES FINANCEIRAS E DECISÕES NA JUSTIÇA: O CASO ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DESPORTOS

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel do Insper.

Orientadora: Profª Dra.Luciana Yeung Luk Tai - Insper

São Paulo

2017

Silva, Marcella Antunes
Dificuldades financeiras e decisões na Justiça: O Caso Associação Portuguesa de Desportos / Marcella Antunes Silva – São Paulo, 2017

Monografia: Faculdade de Economia e Adminitração - Insper 2017
24f.
Orientadora: Profª Dra.Luciana Yeung Luk Tai

1. Crise financeira em clubes de futebol. 2. Decisões STJD. 3. Associação Portuguesa de Desportos

Marcella Antunes Silva

Dificuldades financeiras e decisões na Justiça: O Caso Associação Portuguesa de Desportos

Monografia apresentada ao curso de
Ciências Econômicas, como requisito parcial para a
obtenção do Grau de Bacharel do Insper.

Data de aprovação: _/_/___

Banca Examinadora

_____

Prof. Dra. Luciana Yeung Luk Tai
Orientadora

_____

Prof. Dr. Nelson Mendes Cantarino
Examinador

Resumo

Um clube de tradição na cidade de São Paulo, conhecido como o ‘quinto gigante do Estado de São Paulo’, nunca foi o grande interesse das mídias esportivas em questão de títulos, transações de jogadores ou problemas na justiça, mas desde o final de 2013, a Associação Portuguesa de Desportos foi o alvo dos holofotes. Um descumprimento de sentença de um Superior de Justiça Desportiva, que levou a um rebaixamento até hoje contestado e uma dívida que soma mais de 250 milhões de reais que fez com que seu estádio fosse leiloado e com que o clube chegasse nos piores anos de sua história. O estudo analisa alguns casos levados ao STJD e seus efeitos a alguns clubes e casos de diversos assuntos (má conduta, doping, suspensão...), pela demora em recorrências e tomada de decisão final e também, em cima de dados anuais dos balanços disponibilizados publicamente pela Federação Paulista de Futebol, analisar a situação financeira do clube em questão e levantar uma hipótese de Recuperação Judicial, caso este fosse tratado como uma empresa.

Palavras-chave: Portuguesa de Desportos. Caso Héverton. Crise Financeira. Leilão de estádio. Casos STJD com prorrogações longas.

Abstract

A traditional São Paulo soccer team, known as ‘the fifth giant of São Paulo’, never was the sports media’s most important subject about championship titles, soccer market or problems with Justice, but since 2013, Associação Portuguesa de Desportos was the main target of the spotlights. After a Judicial noncompliance at STJD (Supremo Tribunal de Justiça Desportivo – the Supreme Court of Sports in Brazil), that resulted in a punishment in a championship, contested until today, added to a 250 million reais debt and their stadium being auctioned, it resulted in the worst years of this team’s history. This study aims to analyze some STJD cases (doping, suspensions, bad conduct…) and their results effects at the clubs involved, because of the waiting time. And also analyze the balance sheets available at Federação Paulista de Futebol website and see how would be possible to make a judicial recovery, treating the soccer team as a private company.

Keywords: soccer team, financial debt, Associação Portuguesa de Desportos, Sports Court.

Sumário

1. Introdução.....8
2. Caso 1: A Associação Portuguesa de Desportos.....10
2.1. Contextualiazação do caso.....10
2.2. Metodologia.....12
2.2.1. Índices de Lucratividade e Rentabilidade.....13
2.2.2 Índices de Gestão de Dívida.....14
2.2.3. Indicadores de Liquidez.....15
2.3. Conclusão 15
3. Caso 2: O STJD e sua ineficiência.....18
3.1. Contextualização do Caso Héverton.....18
3.2. O STJD e a violação do artigo.....19
3.3. Resolução do Caso Héverton e outros exemplos de ineficiência.....20
4. Conclusão entre os dois casos.....22
Referências Bibliográficas.....23

1. Introdução

> O presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), Caio César Rocha, deu sinais de que o “caso Héverton” pode demorar anos para chegar ao fim, já que infrações envolvendo manipulação têm uma prescrição de até 20 anos, de acordo com o Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD).
>
> Em entrevista ao repórter Wellington Campos, da Bradesco Esportes FM Rio, o mandatário do STJD admitiu que o tribunal pode reabrir o inquérito do caso, requerido pelo subprocurador-geral William de Figueiredo, que atualmente está suspenso para aguardar a conclusão do Ministério Público. Segundo o código, os clubes envolvidos no caso podem ser até eliminados, o que na prática significa rebaixamento.
>
> ‘No que diz respeito às atitudes de dirigentes ou pessoas que atuaram cometendo alguma infração de corrupção, o CBJD estabelece prescrição bastante longa, de 20 anos. Se for comprovada a existência de elementos que comprovem alguma atitude dolosa por trás do caso, nós que aqui estamos, ou os próximos que virão, iremos instaurar um inquérito ou reabrir o que já foi instaurado no começo do ano e está suspenso para aguardar a posição final do Ministério Público’, disse.
>
> Apesar de aguardar um posicionamento, Caio César Rocha afirmou que não existe nenhuma ação conjunta entre o STJD e MP e que acompanha o andamento do caso através da mídia.
>
> ‘A apuração do MP é exclusiva deles, relacionada às pessoas envolvidas, não só em São Paulo. O que eu tenho conhecimento é o que leio em jornais, não tenho nenhum contato. Eles têm a competência para processar criminalmente, e nós temos apenas a competência disciplinar’, completou o presidente. (BAND,2014)

Muitas vezes, decisões do Poder Judiciário são tomadas com base em um livro de regras ou na própria Constituição de um país. Outras são tomadas a partir de decisões anteriores com casos semelhantes. Economistas conseguem ver se algumas destas decisões juriciais são tomadas de forma eficiente. Ou até se a lei/norma em que se baseia leva para o resultado de eficiência, mostrando a ‘qualidade’ desta instituição dentro de um país.

Não existem apenas casos que são levados à Justiça por descumprimento de leis, outros regulamentos são criados, assim como segmentos do Judiciário, para resolver outro tipo de conflito. Podemos ver que há um segmento do Supremo Tribunal de Justiça que cuida apenas da parte de processos no esporte mais famoso no Brasil: os casos de futebol são tratados no STJD (Superior Tribunal de Justiça Desportivo do Futebol).

O torneio nacional mais conhecido do futebol é o Campeonato Brasileiro. Ele é dividido em quatro categorias, chamadas de *séries*, onde 128 clubes são divididos (20 nas séries A, B e C e os demais 68 na série D) e que a cada ano muda alguns participantes de cada categoria pela classificação (os melhores do torneio sobem para o grupo seguinte e os piores são rebaixados para uma categoria inferior). Este campeonato, assim como quase todos os demais do país, são organizados pela Confederação Brasileira de Futebol e auxiliada pelas Federações de Futebol de cada estado. O regulamento que deve ser cumprido é o Código Brasileiro de Justiça Desportiva (Schmitt, 2015) e é se baseando nele que decisões do STJD serão tomadas.

Hoje, principalmente os times da *elite do futebol*, a Série A, são alvos da mídia por inúmeros motivos: transferências de jogadores e técnicos para o futebol estrangeiro, jogador pego no exame anti-*doping,* brigas entre elenco e técnico. Mas um caso que foi muito comentado na mídia que começou em 2013 e se arrastou até o ano de 2015, foi um caso atípico dos casos citados anteriormente: o descumprimento de uma decisão do STJD.

O caso a ser analisado neste estudo ficou na mídia conhecido como *Caso Héverton*, que envolvia um jogador da Associação Portuguesa de Desportos (time tradicional da cidade de São Paulo), que sofreu punição do Superior de suspensão, e acabou atuando em um jogo em que deveria cumprir seu último jogo fora de campo.

Como ‘punição’ ao descumprimento da decisão do STJD, o clube perdeu alguns pontos no Campeonato daquele ano, que fez com que a Portuguesa passasse a fazer parte dos times que retornariam à Série B do ano seguinte.

Após brigas judiciais, com pedidos de recursos, declarações polêmicas sobre o caso de ex-dirigentes, no dia 18 de setembro de 2016, a Associação Portuguesa de Desportos sobre seu quarto rebaixamento seguido em quatro anos (três em campeonatos nacionais e um em campeonato estadual), sofre com uma dívida de aproximadamente 250 milhões de reais, que se iniciou em 2002, e ainda perderá seu estádio para as casas de leilão se nenhum investidor as pagar até o mês de novembro de 2016.

Esta é uma área de pouca exploração para estudos de caso e foi um assunto que voltou a ser muito comentado nos últimos tempos por conta do leilão do Estádio do Canindé e marcou a mídia por se tratar de um clube tradicional brasileiro com quase um centenário de história que sente os efeitos colaterais desta decisão até agora por conta de queda brusca de receitas do clube. E é um estudo de caso interessante, pois se trata da terceira acusação de descumprimento do regulamento realizada pelo mesmo clube para evitar o rebaixamento de categoria: o Fluminense Football Club.

O objetivo de estudo é analisar dois casos envolvendo o clube Associação Portuguesa de Desportos. O primeiro é o histórico da situação financeira do clube entre os anos de 2011 e 2015, visualizando suas contas e possíveis causas de o que levaram a hoje, o clube estar com esta dívida altíssima e prestes a perder seu estádio e ainda assim não quitá-la e também levantar uma hipótese de como seria o processo de Recuperação Judicial do clube, caso este fosse uma empresa. O segundo é analisar a acusação no STJD no final do ano de 2013, fazendo uma análise de eficiência do regulamento e da punição ao clube, comparando com outros casos julgados pelo STJD de efeitos suspensivos, seus efeitos nos clubes atingidos e o tempo de duração dos processos.

2. Caso 1: Associação Portuguesa de Desportos

2.1. Contextualização

A Associação Portuguesa de Desportos é um time considerado tradicional no Estado de São Paulo. Foi fundada em 14 de agosto de 1920, soma seis títulos importantes e tem na sua história a passagem de alguns jogadores bem conhecidos, como o treinador da seleção brasileira, Tite; o atacante Ricardo Oliveira; Roberto Dinamite; o goleiro campeão olímpico Weverton; o pentacampeão Zé Roberto; e o campeão do mundo pelo Internacional, Clemer.

O clube fundado em 14 de agosto de 1920, ranqueado pela CBF em seu último

Ranking Nacional de Clubes de 2016 na 32ª colocação, sendo o 6º melhor colocado em seu Estado (perdendo apenas para Corinthians, Santos, São Paulo, Palmeiras e Ponte Preta), passa pela maior crise financeira de sua história. Com mais de 159 processos trabalhistas, 250 milhões em dívidas, o clube da capital paulista dá seus últimos suspiros enfrentando no dia 18 de novembro de 2016 o leilão de 2/3 (cerca de 30% da ocupação total) da participação do clube na posse de seu estádio, o Canindé.

Em 2002, sofreu pela primeira vez o rebaixamento em um campeonato: o campeonato nacional. No mesmo ano, sofreu um processo trabalhista de um ex-jogador que faria apenas os grandes números da sua dívida começarem a aparecer. A dívida, que no início era de 5 milhões, hoje já ultrapassa 47 milhões de reais.

Entre oscilações entre séries A e B dos campeonatos Paulista e Brasileiro, a Portuguesa obtinha resultados de exercício positivos no final de cada ano que se passava, segundo o que foi encontrado no site da Federação Paulista de Futebol.

Porém, após um rebaixamento para a série B no final de 2013, depois para a série C, rebaixamento no campeonato paulista e em 2016 para 2017, uma ida inédita à Série D do Campeonato Brasileiro, o clube encontrava-se na pior fase de sua história.

Além da troca de presidência ocorrer três vezes em menos de três anos, são mais de 30 milhões devidos apenas de inadimplência de IPTU e dívidas para o governo municipal. Também há contas básicas, como água, sem serem pagas desde o final de 2015.

Segundo um levantamento feito pelo site Balanço da Bola, em 2016, apenas 6% da capacidade do estádio era ocupada por torcedores. A renda total líquida do Campeonato Brasileiro da Portuguesa equivale a 0,6% da renda do clube que

mais lota seu estádio na série A naquele ano, que é na mesma cidade (Sociedade Esportiva Palmeiras). A receita vinda de público do ano de 2015 era a segunda pior da Série C, sendo que este era o único time que era de uma capital.

Para pagar todas as suas obrigações e processos trabalhistas, foi determinado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) que o Estádio do Canindé, pertencente 45% ao clube, seria penhorado para o pagamento aos credores e dívidas trabalhistas. O restante já pertence à Prefeitura de São Paulo. O leilão do terreno já estava marcado para o mês de novembro de 2016 e hoje o clube corre contra o tempo atrás de um empresário ou patrocinador que quite suas dívidas e mantenha o estádio em sua posse. O primeiro leilão foi marcado para a data de 18 de novembro de 2016, com lance inicial de 74 milhões de reais por 30% do terreno total do estádio, porém, não houve compradores.

2.2 Metodologia

Nossos dados virão dos balanços patrimoniais dos anos de 2010 a 2015, disponibilizados publicamente pela Federação Paulista de Futebol em seu site, onde há a descrição de receitas completo. Nos dois últimos anos analisados, o clube obteve prejuízo: 1 milhão em 2014 e 18 milhões em 2015 e já pode-se prever um maior prejuízo no exercício de 2016, por conta do pessimismo dos torcedores pela troca de diretoria e pelos já rumores no começo do ano sobre a penhora do estádio para o pagamento dos credores e dívidas trabalhistas. A previsão de 2017 já não é positiva (se o clube se mantiver aberto) com a situação da Série A-2 do Campeonato Paulista e a Série D do Campeonato Brasileiro.

Também analisaremos como seriam pagos os credores com um possível pedido de falência, analisando a quem o clube deve dinheiro. Falência é um processo de execução coletiva, meio de realização de direitos do credor (PINHEIRO & SADDI, 2005). O pedido de recuperação judicial não poderia ser feito, já que o clube é uma Associação, portanto, não tem fins lucrativos.

Na tabela 1, podemos verificar a receita de bilheteria da Portuguesa em cada um dos anos. No ano de 2011, jogava a Série A do Campeonato Paulista e a Série B do Campeonato Brasileiro. Em 2012, Série A em ambos os campeonatos. Em 2013, Série A-2 (equivalente a B) no Campeonato Paulista e Série A no Campeonato Brasileiro. 2014, retornou à elite do Campeonato Paulista mas jogou a Série B do Campeonato Brasileiro. Por último, em 2015, pela primeira vez, participou da série C do Campeonato Brasileiro e se manteve na Série A do estadual.

Tabela 1 – Receita de Bilheteria A. Portuguesa de Desportos (em milhares de reais)

2011	2012	2013	2014	2015
2255	3098	3578	1201	952

(Fonte: Federação Paulista de Futebol)

Para avaliar a saúde da empresa, faremos uma tabela comparativa com as contas mais importantes do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e seus respectivos anos. E utilizaremos alguns índices de lucratividade e rentabilidade, de gestão de dívida e alguns indicadores de liquidez que serão demonstrados em um gráfico de linhas ao longo dos anos, retirados do livro de Bodie, Kane & Marcus (2010).

2.2.1 Índices de Lucratividade e Rentabilidade

i) Grau de Alavancagem Financeira (GAF)

Mostra se há presença de capital de terceiros de longo prazo na estrutura de capital, ou não. Se a razão for acima de 1, a alavancagem é considerada boa, pois o retorno dos ativos é maior do que a remuneração paga aos terceiros. Se for menor do que 1, a situação pode ser ruim, indicando riscos financeiros.

$$GAF = \frac{ROE}{ROA}$$

ii) Return on Equity ou Retorno sobre patrimônio líquido (ROE)

Mede a capacidade do clube agregar valor a ele mesmo utilizando seus próprios recursos.

$$ROE = \frac{Lucro\ Líquido}{Patrimônio\ Líquido}$$

iii) Return on Assets ou Retorno sobre Ativos (ROA)

Mede a lucratividade do clube em relação aos investimentos totai.

$$\boldsymbol{ROA = \frac{Lucro\ Líquido}{Total\ do\ Ativo}}$$

iv) Margem de Lucro Operacional

Mede a eficiência operacional do clube. O desempenho dele antes do impacto de juros e pagamento de impostos.

$$Margem\ L.Op. = \frac{Lucro\ Operacional\ (EBIT)}{Receita\ total}$$

v) Margem de Lucro Líquido

Mede o percentual de lucro líquido que a empresa obteve sobre o faturamento.

$$Margem\ L.Líquido = \frac{Lucro\ Líquido}{Receita\ Total}$$

2.2.2 Índices de Gestão de Dívida

i) Índice de Endividamento

Mede o percentual de fundos gerados pelos passivos circulantes e dívidas de longo prazo.

$$Endividamento = \frac{Total\ de\ Passivos}{Total\ de\ Ativos}$$

2.2.3 Indicadores de Liquidez

i) Índice de Liquidez Corrente

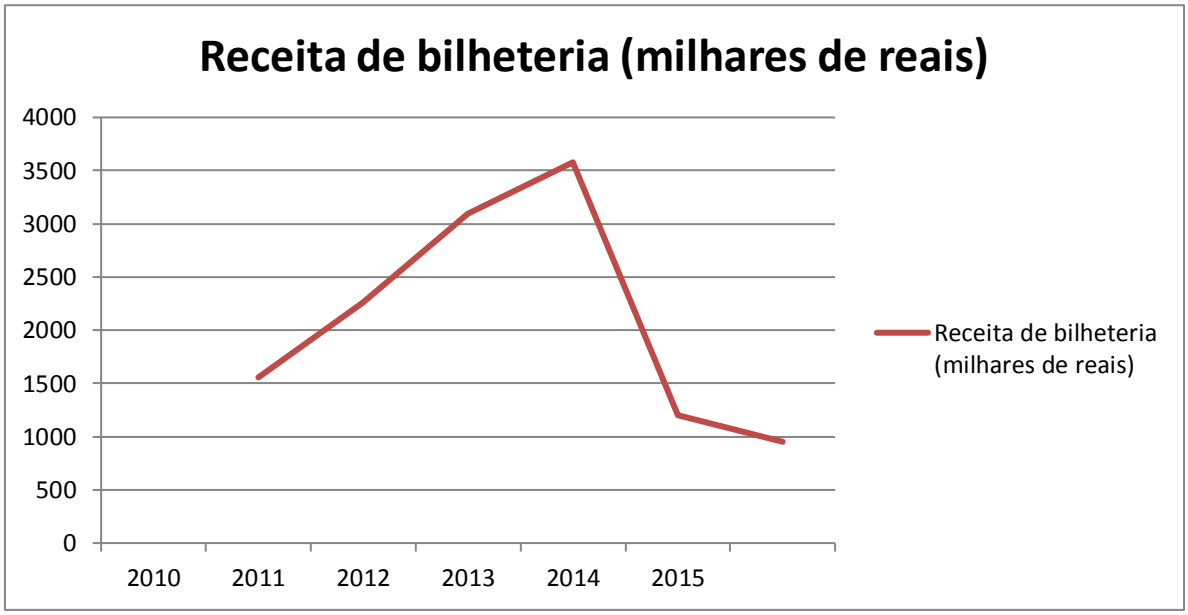
Mostra a proteção dos credores em curto prazo por ativos, já que podem ser convertidos em dinheiro rapidamente. Um bom índice é um resultado maior que 1, que quer dizer que o clube possui meios de honrar suas obrigações de curto prazo.

$$Liquidez\ corrente = \frac{Ativo\ Circulante}{Passivo\ Circulante}$$

2.3 Conclusão

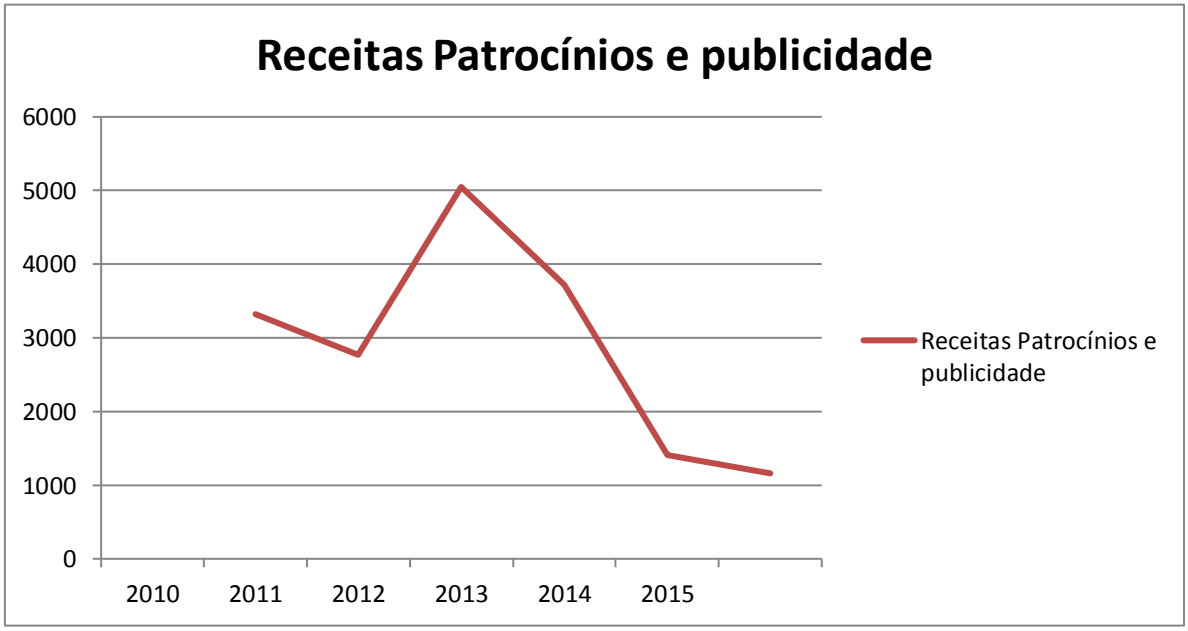
Alguns dados relevantes foram coletados e colocados nos gráficos abaixo, além dos cálculos dos índices financeiros. A situação do clube em cada um dos anos estudados foi: em 2010, série B no campeonato brasileiro e Série A-1 no Paulista; 2011, série B no Campeonato Brasileiro e A-1 no Paulista; 2012, série A no Campeonato Brasileiro e série A-2 no Paulista; 2014 disputou a série B no Brasileiro e série A-1 no Paulista; e por fim, 2015, disputou a série C do campeonato Brasileiro e a série A-1 do Campeonato Paulista.

Gráfico 1 – Receita de bilheteria do clube, em milhares de reais



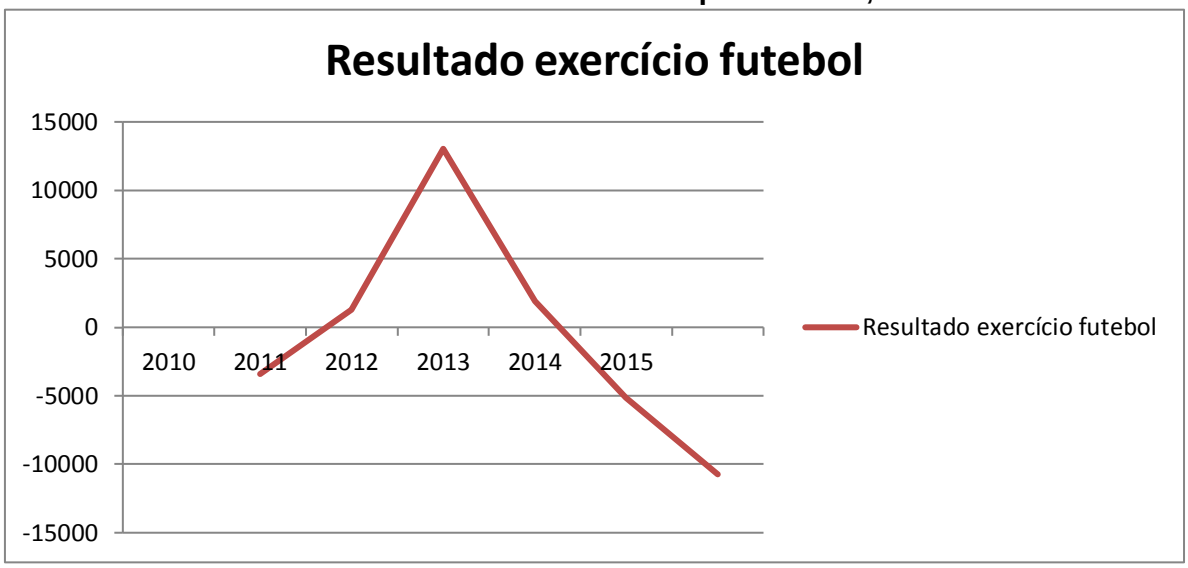
Fonte: Federação Paulista de Futebol

Gráfico 2 – Receita de patrocínios e publicidade, em milhares de reais



Fonte: Federação Paulista de Futebol

Gráfico 3 – Resultado de exercício do futebol profissional, em milhares de reais



Fonte: Federação Paulista de Futebol

Gráfico 4 – Resultado de exercício do clube (futebol e área social), em milhares de reais

Fonte: Federação Paulista de Futebol.

Tabela 2 – Índices Financeiros ao longo do tempo da Associação Portuguesa de Desportos.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Grau de alavancagem	42,90095	-194,209	237,5388	-5,56338	-2,56472	-0,79068
ROE	-1,92405	5,245863	2,257764	1,024517	0,515953	0,689067
ROA	-0,04485	-0,02701	0,009505	-0,18415	-0,20117	-0,87149
índice endividamento	0,97669	1,005149	0,99579	1,179747	1,389906	2,264736
Liquidez Corrente	0,1448	0,297373	0,125533	0,060177	0,029524	0,012816

índices positivos por PL e Lucro Líquido serem negativos.

Fonte: Federação Paulista de Futebol.

Após analisar o balanço patrimonial e seus demonstrativos de resultado de exercício, pode-se concluir parcialmente que o clube apresenta queda em suas receitas por conta dos rebaixamentos, mas que ainda um grande problema nas dívidas e que explica o déficit total do exercício negativo em todos os anos analisados é a parte social do clube (área para associados) e esportes amadores, que em todo o período analisado apresentou déficit. E apesar do superávit do futebol profissional, o saldo não é suficiente para cobrir os custos das instalações do clube suas obrigações de créditos, despesas tributárias, provisões de contingência e outras despesas operacionais.

Caso a empresa sofresse processo de Recuperação Judicial, os primeiros que seriam pagos pelas dívidas, segundo Pinheiro e Saddi, seriam os titulares de créditos derivador da legislação da legislação do trabalho, ou seja, os funcionários, que seriam os jogadores de futebol, a comissão técnica e todos os funcionários que mantém o clube aberto. Depois, seriam os titulares de crédito com garantia real, no caso, os bancos, o governo e os ex-jogadores que entraram com processo contra o clube, já que o imóvel (estádio), já consta como forma de pagamento da dívida. E por último, são os credores quirográficos, que são os credores que não possuem garantia que irão receber algo.

3. Caso 2: O STJD e sua ineficiência

3.1 Contextualização do Caso Héverton

O ‘Caso Héverton’ foi o nome que ficou popularmente conhecido o episódio do campeonato brasileiro de 2013, em que após uma decisão judicial do STJD, a Portuguesa, foi rebaixada para a Série B do Campeonato Brasileiro.

Na partida Portuguesa x Bahia, válida pela 36ª rodada do Campeonato Brasileiro de 2013, o jogador Héverton foi expulso de campo. Pelas regras do futebol, quem é expulso ou toma três cartões amarelos, é suspenso da partida seguinte e não pode atuar pelo time. E Héverton não jogou na 37ª rodada contra a Ponte Preta. Porém, ele foi novamente julgado pela sua conduta no jogo contra o time baiano e pegou mais um jogo de suspensão, que seria contra o Grêmio, válida pela última rodada do campeonato.

O julgamento foi realizado em uma sexta feira e este jogo foi dois dias depois: no domingo. Porém, a sentença ainda não estava publicada no site da CBF – esta só sairia na segunda feira. E Héverton atuou no jogo de domingo por alguns minutos.

Para evitar resultados combinados, 'venda' de resultados ou práticas antiéticas, todos os jogos da 38ª rodada ocorrem no mesmo horário e dia. E após o encerramento de todos estes, viu-se a classificação final daquele ano: a Lusa ficou em 12º com 48 pontos e o Fluminense com 46 pontos na 17ª colocação. Isso quer dizer que o Fluminense no ano seguinte jogaria a série B do Campeonato Brasileiro.

Porém, o time carioca acusou no STJD o time do Canindé e o Flamengo de violarem um artigo do regulamento do Campeonato, que acarretaria na redução da pontuação de ambos os times, fazendo com que o Fluminense então não fosse rebaixado. O STJD aceitou a acusação e aplicando a punição, a Portuguesa foi rebaixada naquele ano após a 'atualização' da tabela do campeonato.

3.2. O STJD e a violação do artigo

O Superior Tribunal de Justiça Desportivo é o órgão responsável por julgar casos do Poder Judiciário voltado para o futebol. Antes da Constituição Federal de 1988, a Justiça Desportiva era regulada por leis ordinárias. Depois da promulgação da Carta Magna Brasileira, a Justiça Desportiva ficou responsável apenas pela "análise de 'ações relativas à disciplina e às competições desportivas'" (CAÚS & GÓES, 2013,

p.79). Isso fez com que as relações trabalhistas entre clubes e cobranças de dívidas não ficasse mais sob sua responsabilidade.

A Justiça Desportiva é dividida em três órgãos, segundo o Art. 3º:

" I - o Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), com jurisdição desportiva correspondente à abrangência territorial da entidade nacional de administração do desporto; (NR).

II - os Tribunais de Justiça Desportiva (TJD), com jurisdição desportiva correspondente à abrangência territorial da entidade regional de administração do desporto; (NR).

III - as Comissões Disciplinares constituídas perante os órgãos judicantes mencionados nos incisos I e II deste artigo."

O artigo descumprido da CBJD, que é o Código Brasileiro de Justiça Desportiva, pela Portuguesa foi o Artigo 133º, que diz:

"Art. 133. Proclamado o resultado do julgamento, a decisão produzirá efeitos imediatamente, independentemente de publicação ou da presença das partes ou de seus procuradores, desde que regularmente intimados para a sessão de julgamento, salvo na hipótese de decisão condenatória, cujos efeitos produzir-se-ão a partir do dia seguinte à proclamação. (Redação dada pela Resolução CNE nº 29 de 2009)."

Mesmo sem a publicação, a punição deveria ter sido respeitada e o jogador não deveria ter entrado em campo.

3.3. Resolução do Caso Héverton e outros exemplos de ineficiência

O julgamento do caso durou mais de um ano, e fez com que a Associação Portuguesa de Desportos fosse punida no Campeonato Nacional do ano seguinte pelas diferentes decisões tomadas pelo Supremo durante este processo.

Houve abandono de uma partida válida pela série B do Campeonato Brasileiro, após sair uma decisão judicial a favor do time paulista, que garantia sua permanência no grupo de ‘elite’ do futebol nacional e que faria com que o Fluminense fosse jogar a série B. Porém, com uma reviravolta na decisão dias depois, o time fundado por portugueses na capital paulista recebeu uma punição de perda de pontos por ter abandonado uma partida em andamento.

Um caso que está rodando desde 2016 e que não deve acabar antes do início do próximo campeonato nacional também é o caso conhecido como ‘Caso Victor Ramos’. Trata-se de um jogador que atuava pelo Esporte Clube Vitória (Salvador-BA), mas pertencia a um time do México. Como ele, até 2015, defendia um clube brasileiro, a documentação dele não passou pelo protocolo internacional de empréstimos e fez com que o empréstimo dele ao time baiano fosse feito fora da janela do mercado internacional (esta fecha final de janeiro e o jogador chegou ao clube do Nordeste no meio de fevereiro) e foi realizada como se fosse uma transferência do primeiro clube brasileiro ao novo.

Porém, o Sport Club Internacional alega a irregularidade na contratação do jogador e exige que o clube de Salvador seja punido no campeonato nacional, fazendo também uma nova tabela de classificação, redefinindo os times remanescentes à série A e os rebaixados à série B, permanecendo o clube gaúcho ao grupo de elite e o time baiano tomando sua vaga na série B. Apesar do Supremo ter negado a apelação, o caso encontra-se na justiça internacional desportiva e deverá ser julgada nos próximos meses.

Casos de doping, como há vários recursos que podem ser levantados a favor ou contra o réu, o clube detentor dos direitos do jogador também fica de mãos atadas em colocá-lo ou não dentro de campo, já que caso o resultado final seja o uso de substâncias proibidas positivo, pode gerar punição de pontos nos campeonatos em que o time participa em cima do número de participações do atleta. Essas punições podem gerar rebaixamentos (que geram queda de receita em transmissões de televisão, patrocinadores, premiações e bilheteria).

Um outro caso seria o do jogador William, em 2016, do Sport Club Internacional (RS), que foi réu de um processo de efeito suspensivo por um clube rival, após comportamento anti-ético, mas pela demora de realização dos processos para que o jogador fosse efetivamente suspenso após recorrências, o torneio em questão já tinha chegado ao fim. Outro caso interessante foi o Fluminense Football Club, que em 2013 ficou de mãos atadas em escalar dois jogadores pegos pelo doping, por conta de possíveis punições em campeonatos, mas a demora nos processos no STJD e na Confederação Brasileira de Futebol (CBF) fez com que os jogadores não fossem afastados nem o clube punido em suas competições.

Os casos resolvidos mais rapidamente são os que caem nos TJD (Tribunais de Justiça Desportiva), cuja sede é estadual. São menos casos e tem maior agilidade. O caso mais recente foi em 2017, com a adulteração de documentos na Copa São

Paulo de Futebol. Um jogador de 23 anos utilizou documentos de um primo que está preso no Rio de Janeiro para poder jogar uma competição de jogadores de até 20 anos. A farsa foi descoberta antes da realização da final do campeonato, que fez com que o time defendido pelo atleta fosse desclassificado da competição, dando a vaga para o outro semifinalista e punindo o jogador, impedindo-o de atuar no futebol durante o próximo ano.

4. Conclusão entre os dois casos

Após a análise financeira de um clube que foi prejudicado por decisões judiciais realizadas por uma entidade que tem histórico de demora em seus julgamentos, podemos afirmar que muitos clubes podem ser prejudicados pela demora, tanto financeiramente, por conta de escalações irregulares, descumprimento de sentenças e perda de pontos em algum campeonato, como denegrir sua imagem diante aos demais investidores do clube, fazendo com que o investimento em patrocíio diminua, pois a imagem que a mídia trará desta organização para os demais será negativa.

A Associação Portuguesa de Desportos foi apenas um caso de vários clubes que foi prejudicado pelo Superior Tribunal de Justiça Desportivo, e sua situação está alarmante desta forma por dívidas que existem desde antes da punição pelo jogador Héverton. Porém, há suposições de que a dívida poderia ter sido paga ou os débitos reduzidos, caso não tivesse ocorrido o rebaixamento seguido de dois campeonatos nacionais e suas cotas de patrocínio, direito de imagem da televisão e receitas de premiações por participações em campeonatos não tivesse ocorrido.

Referências Bibliográficas

Presidente do STJD sinaliza longa duração do 'Caso Héverton'. **BAND**. São Paulo, 13 nov. 2014. Disponível em: <http://www.metrojornal.com.br/nacional/esporte/presidente-do-stjd-sinaliza-longa-duracao-do-caso-heverton-143594> Acesso em 17 nov. 2016.

SCHMITT, Paulo M. Código Brasileiro de Justiça Desportiva. 2015. Disponível em: < http://cdn.cbf.com.br/content/201507/20150709151309_0.pdf>. Acesso em: 18 set. 2016.

Canindé vai a leilão para quitar dívidas trabalhistas da Portuguesa. **Metro Jornal.** São Paulo, 05 set. 2016.

Portuguesa perde em MG e cai para a 4ª divisão na maior crise da história. **UOL.** São Paulo, 18 set. 2016. Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2016/09/18/portuguesa-perde-em-mg-e-cai-para-a-4-divisao-na-maior-crise-da-historia.htm> 18 set. 2016.

DOLZAN, Marcio & BARSETTI, Sílvio. Punida no STJD, Portuguesa é rebaixada e salva Fluminense. **O Estado de São Paulo.** Rio de Janeiro, 16 dez. 2013. Acesso em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,punida-no-stjd-portuguesa-e-rebaixada-e-salva-fluminense,1109282> 17 set. 2016.

Avaliado em R$154 milhões, Canindé tem leilão marcado para novembro. **Globo Esporte.** São Paulo, 05 set. 2016. Acesso em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/times/portuguesa/noticia/2016/09/avaliado-em-r-154-milhoes-caninde-tem-leilao-marcado-para-novembro.html> 17 set. 2016.

PINHEIRO, Armando Castelar & Saddi, Jairo. **Direito, Economia e Mercados.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BODIE, Zvi, KANE, Alex & MARCUS, Alan J. **Investimentos.** Porto Alegre: AMGH, 2010.

SCHMITT, PAULO M. **Direito & Justiça Desportiva.** Volume 1. Disponível em: http://www.livrariacultura.com.br/r/search/track?url=http%3A%2F%2Fwww.livrariacultura.com.br%2Fp%2Fdireito-justica-desportiva-60326488&query=direito%20desportivo&ref=60326488&_=0.2831294595338485

CAÚS, CRISTIANO & GÓES, MARCELO. **Direito aplicado à gestão do esporte**. Ed. Trevisan

DE SOUZA JUNIOR, FRANCISCO SATIRO & PITOMBO, SÉRGIO A. DE MORAES. **Comentários à Lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101/2005.** Editora Revista dos Tribunais. São Paulo, 2007.

Ranking Nacional dos Clubes de 2016. Acesso em: <http://cdn.cbf.com.br/content/201512/20151209150041_0.pdf> 06 nov. 2016

Balanços Patrimoniais 2010 e 2009 Associação Portuguesa de Desportos. Acesso em: <http://www.fpf.org.br/balanco/2010/3347A.pdf> 04 nov. 2016

Balanços Patrimoniais 2011 e 2010 Associação Portuguesa de Desportos. Acesso em: <http://www.fpf.org.br/balanco/2011/3347A.pdf> 04 nov. 2016

Balanços Patrimoniais 2012 e 2011 Associação Portuguesa de Desportos. Acesso em: <http://www.fpf.org.br/balanco/2012/3347A.pdf> 04 nov. 2016

Balanços Patrimoniais 2013 e 2012 Associação Portuguesa de Desportos. Acesso em: <http://www.fpf.org.br/balanco/2013/3347A.pdf> 04 nov. 2016

Balanços Patrimoniais 2014 e 2013 Associação Portuguesa de Desportos. Acesso em: <http://www.fpf.org.br/balanco/2014/3347A.pdf> 04 nov. 2016

Balanços Patrimoniais 2015 e 2014 Associação Portuguesa de Desportos. Acesso em: http://www.fpf.org.br/balanco/2015/3347A.pdf> 04 nov. 2016